

## DINÂMICA DE DIVULGAÇÃO DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA NO BRASIL E EM PORTUGAL

### *DYNAMICS OF DISCLOSURE OF KEY AUDIT MATTERS IN BRAZIL AND PORTUGAL*

**LAUREN DAL BEM VENTURINI<sup>1</sup>**

Universidade Federal de Santa Catarina  
• <https://orcid.org/0000-0003-4185-9842>  
[laurenventurini@hotmail.com](mailto:laurenventurini@hotmail.com)

**ELIS CARLOT AGOSTINI**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
• <https://orcid.org/0009-0004-0289-7277>  
[elis\\_agostini@hotmail.com](mailto:elis_agostini@hotmail.com)

**MÁRCIA BIANCHI**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
• <http://orcid.org/0000-0002-7716-2767>  
[marcia.bianchi@ufrgs.br](mailto:marcia.bianchi@ufrgs.br)

#### RESUMO

O estudo analisa os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) reportados pelos auditores independentes nas companhias não financeiras listadas na Bolsa de Valores Brasileira e na Euronext Lisbon de 2016 a 2021. Para tanto, em uma amostra de 460 companhias, realizou-se análise de conteúdo por sentença do conteúdo informacional de 4.733 PAA de 1.775 Relatórios de Auditoria Independente (RAI), aglutinando-os em categorias, até o menor nível possível: i) 25 itens do Ibracon (2017; 2018); ii) 6 classes da ACCA (2018); e iii) 2 itens de risco de Sierra-García et al. (2019) e Lennox et al. (2022). Ainda, por meio da análise descritiva, examinou-se o total de PAA por ano, setor, firma de auditoria, ciclo de vida e adição/eliminação. Os resultados indicam: média de 3 PAA por companhia; elevação de 2016 a 2017 e queda de 2017 a 2021, implicando anualmente mais exclusão do que adição; as *big four* auditaram a maior parte da amostra; mais PAA em empresas no ciclo de vida de maturidade; e o conteúdo substancialmente sobre riscos dos demonstrativos financeiros. Essas evidências permitem às partes interessadas no RAI compreenderem que há tendência nos PAA divulgados de quantidade e conteúdo informacional, sendo relativamente sobre aspectos financeiros subjetivos, complexos e desafiadores que demandam envolvimento dos auditores.

**Palavras-chave:** Principais Assuntos de Auditoria. Conteúdo Informacional. Tendência.

---

Editado em português e inglês. Versão original em português.

Versão do Artigo apresentada no XIV Congresso Anpcont, de 11 a 15 de dezembro de 2020, on-line.

<sup>1</sup> **Endereço para correspondência:** Centro Socioeconômico (CSE) | Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima | Trindade | 88040-900 | Florianópolis/SC | Brasil.

**Recebido em 09/09/2024. Revisado em 27/10/2024. Aceito em 10/12/2024** pelo Prof. Dr. Rogério João Lunkes (Editor-Chefe). **Publicado em 24/01/2025.**

Copyright © 2025 RCCC. Todos os direitos reservados. É permitida a citação de parte de artigos sem autorização prévia, desde que identificada a fonte.

## ABSTRACT

*The study analyzes the Key Audit Matters (KAM) reported by independent auditors in non-financial companies listed on the Brazilian Stock Exchange and Euronext Lisbon from 2016 to 2021. For this purpose, a sample of 460 companies was used, and content analysis was performed on 4.733 KAM from 1.775 Independent Audit Reports (IAR), categorizing them at the lowest possible level: i) 25 items from Ibracon (2017; 2018); ii) 6 classes from ACCA (2018); and iii) 2 risk items from Sierra-García et al. (2019) and Lennox et al. (2022). Additionally, through descriptive analysis, the total number of KAM was examined by year, sector, audit firm, life cycle, and addition/elimination. The results indicate: an average of 3 KAM per company; an increase from 2016 to 2017 and a decline from 2017 to 2021, implying more eliminations than additions annually; the big four audited the majority of the sample; more KAM were reported in companies in the maturity phase of their life cycle; and the content was predominantly about financial statement risks. These findings help stakeholders in the IAR understand that there is a trend in the quantity and informational content of KAM, which are relatively focused on subjective, complex, and challenging financial aspects that require auditor involvement.*

**Keywords:** *Key Audit Matters. Informational Content. Trend.*

## 1 INTRODUÇÃO

A comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA) visa aprimorar a transparência das demonstrações financeiras, ao destacar, no Relatório do Auditor Independente (RAI), as áreas que exigiram maior relevância e julgamento no trabalho dos auditores (Conselho Federal de Contabilidade – CFC, 2016). Essas divulgações pretendem suprir a necessidade dos *stakeholders* por informações sobre riscos e áreas complexas do auditado (Köhler et al., 2020). Nos PAA, os auditores também expõem os motivos da relevância de cada questão e a metodologia de verificação, o que também agrega valor ao RAI (*Association of Chartered Certified Accountants* – ACCA, 2018; CFC, 2016; Cordos & Fülöp, 2015; Kostova, 2016).

Os reguladores da auditoria (Comissão de Valores Mobiliários – CVM, 2018; *Financial Reporting Council* – FRC, 2015) esperam que os PAA possibilitem mais conteúdo informacional sobre o auditado, sendo personalizados e referentes ao presente, evitando ser repetição do exercício anterior e/ou do setor de atuação. Para Lennox et al. (2022), os PAA refletem riscos e/ou distorções das demonstrações contábeis já conhecidos.

No entanto, a padronização ou incremento de PAA ainda não foram suficientemente exploradas (FRC, 2015; Lennox et al., 2022; Tušek & Ježovita, 2018). O *American Accounting Association* – AAA (2021) recomenda averiguar quais tendências surgiram em longo prazo nos PAA, mesmo eles sendo particulares de cada auditoria e entre as empresas do mesmo setor. Zhang e Shailer (2021) destacam que a coleta de dados manual de como os PAA mudam ao longo do tempo é um exame escasso e esperam monitoramento similar de pesquisadores ou reguladores. Portanto, há uma lacuna quanto a uma análise longitudinal das mudanças nos PAA, especialmente no que se refere à padronização e ao detalhamento informacional.

Pesquisas sobre PAA já investigaram: i) quantitativo de PAA e categorização (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – Ibracon, 2017; 2018; Marques & Souza, 2017; Pereira, 2019; Santos et al., 2020a; Silva et al., 2021a; Vargas et al., 2022); ii) reações do mercado de capital à comunicação dos PAA (Lennox et al., 2022; Sirois et al., 2018); iii) responsabilidade do auditor no reporte (Brasel et al., 2016; Gimbar et al., 2016); iv) impacto dos PAA a diversos usuários, como investidores (Alves Júnior & Galdi, 2020; Christensen et al., 2014), usuários gerais das demonstrações financeiras (Cordos & Fülöp, 2015; Sirois et al., 2018), credores (Boolaky & Quick, 2016; Trpeska et al., 2017), analistas (Venturini et al., 2022) e outras partes interessadas (Velte & Issa, 2019); v) PAA *versus* proteção dos auditores quanto ao litígio de

distorções não detectadas (Brasel et al., 2016); vi) se os PAA pressionam a administração a publicar mais informações de risco por conta própria no relatório anual do mesmo ano ou do seguinte, devido aos gerentes conhecerem os PAA antes de irem ao RAI (Elmarzouky et al., 2022); vii) qualidade do novo RAI (Santos et al., 2020); e viii) particularidades do auditado e das firmas de auditoria que determinam o volume de PAA (Ferreira & Morais, 2020; Pinto & Morais, 2019; Ricquebourg & Maroun, 2023; Sierra-García et al., 2019; Venturini et al., 2023).

Quanto à análise de conteúdo, no Brasil, Marques e Souza (2017) categorizaram e analisaram um ano e 49 empresas; o Ibracon (2017; 2018) avaliou dois anos de todos os setores; Santos et al. (2020a) verificam até 2018 o maior PAA do setor; Santos et al. (2020) analisaram 96 empresas que compuseram o IBrX100 em 2016 e 2017; Silva et al. (2021a) e Vargas et al. (2022) analisaram setores específicos – Utilidade Pública e Telecomunicações. Em Portugal, Pereira (2019) avaliou os PAA reportados em 2016 e em 2017 e Fonseca (2021) e Martins (2023) os PAA mais frequentes em empresas da Euronext Lisbon. Com isso, observa-se que, fatores contextuais, como o ciclo de vida das empresas, não foram verificados. Em cada fase de vida da empresa surgem riscos e desafios distintos (Dickinson, 2011; Lester et al., 2003) que podem demandar a atenção do auditor e ser uma das áreas críticas de auditoria.

Em resposta à pretensão de reguladores e estudos anteriores, investiga-se: *Como se caracteriza a dinâmica dos PAA reportados pelos auditores independentes nas companhias não financeiras do Brasil e de Portugal?* Para tanto, o objetivo é analisar a dinâmica de divulgação dos Principais Assuntos de Auditoria reportados pelos auditores independentes nas companhias não financeiras listadas na Bolsa de Valores Brasileira e na Euronext Lisbon de 2016 a 2021.

A motivação de entender a divulgação dos PAA no Brasil e em Portugal é que, apesar das semelhanças culturais (mesmo idioma oficial) e legais (mesma base normativa pautada na filosofia de *code law*) (Silva et al., 2021), de serem vistos como ambientes institucionais fracos, com grande parte da estrutura empresarial composta por pequenas e médias empresas ou com propriedade concentrada (El-Helaly et al., 2020), e da mesma entrada em vigor dos PAA (Pereira, 2019), os países apresentam particularidades que podem denotar não similaridades no reporte dos PAA. As contribuições desta pesquisa são de natureza teórica, empírica e social. Em termos teóricos, embasa-se na Teoria da Agência (Jensen & Meckling, 1976; Subramaniam, 2006), pois o nível razoável de garantia que o auditor oferece sobre os relatórios financeiros contribui para redução da assimetria informacional. Assim, se em longo prazo o auditor estiver incorporando novos elementos em seu RAI, por meio dos PAA, proporcionará ainda mais dados com menos assimetria aos usuários. Ainda, estende a literatura de PAA examinando até que ponto os auditores mudam anualmente suas divulgações de PAA (adição e eliminação em quantidade/setores), durante um período de seis anos, considerando essa análise também por setor, firma de auditoria e ciclo de vida. Isso contribui para a lacuna de tendência de PAA evidenciadas por FRC (2015), Tušek e Ježovita (2018), AAA (2021) e Lennox et al. (2022).

No âmbito social, ajuda reguladores a obterem *insights* sobre a utilidade do PAA para melhorar a transparência da auditoria e do auditado e, por consequência, a qualidade das auditorias, auxiliando na criação de diretrizes mais eficazes. Já os usuários dos PAA podem compreender possíveis riscos percebidos e reportados pelos auditores.

Em termos empíricos do contexto brasileiro e português, o estudo diferencia-se de Ibracon (2017; 2018), Marques e Souza (2017), Pereira (2019), Santos et al. (2020a), Santos et al. (2020), Silva et al. (2021a) e Vargas et al. (2022) por analisar: amostra mais robusta (período temporal e setores); PAA por ciclo de vida; tendência de adição ou eliminação de PAA, e categorização aglutinando o conteúdo informacional dos PAA no menor nível possível: i) 25 itens do Ibracon (2017; 2018); ii) 6 classes da ACCA (2018); e, por fim, nos dois itens de risco de Sierra-García et al. (2019) e Lennox et al. (2022). Além disso, compara dois países, complementando Zhang e Shailer (2021), que sugerem entendimento dos PAA em outros países.

## 2 ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE REPORTE DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

A seção dos PAA reporta, conforme o julgamento profissional do auditor, as questões mais importantes à auditoria das demonstrações financeiras, sendo os pontos selecionados e discutidos com os responsáveis pela governança, mas a decisão do que divulgar é do auditor (Cordoş & Fülöp, 2015). Os PAA visam agregar mais informações aos usuários, de modo que a norma incentiva os auditores a serem específicos à entidade auditada, ou seja, conter explicações das circunstâncias do auditado, em vez de interpretações genéricas ou abstratas em linguagem padronizada (Lennox et al., 2022). Assim, cada PAA tem um título, descrição do assunto, com ou sem menção à respectiva nota explicativa, e dos procedimentos de auditoria realizados (CFC, 2016; Sneller et al., 2016). A menção às notas explicativas ou a relatos da administração implica PAA com maior valor informativo (ACCA, 2018; CFC, 2016).

Nessa direção, os PAA representam a passagem de um RAI padronizado, com poucas particularidades sobre as empresas reportadas pelo auditor, para um modelo que contemple mais informações, como os possíveis riscos significativos de distorções relevantes observados nas declarações financeiras do auditado e a maneira que o auditor lidou com eles na execução do seu trabalho (Sneller et al., 2016). Logo, espera-se que os auditores explicitem nos PAA os assuntos, especialmente, desafiadores, subjetivos ou complexos de julgamento (Brasel et al., 2016).

Cordoş e Fülöp (2015) acreditam que os PAA fornecem informações relevantes aos usuários, e, com o passar dos anos, devem estar em todos os RAI de empresas auditadas, independentemente de serem listadas em bolsa de valores. Sirois et al. (2018) concluíram, por meio da tecnologia de rastreamento ocular, que os PAA no RAI têm impacto direcionador de atenção, pois os participantes acessaram mais rapidamente as comunicações desses assuntos e prestaram maior atenção. Dessa forma, se os auditores independentes reportarem os PAA com valor comunicativo sobre aspectos de risco do auditado, isso poderá reduzir a assimetria informacional preconizada pela Teoria da Agência e sinalizar novas informações aos usuários.

A Teoria da Agência (Jensen & Meckling, 1976; Subramaniam, 2006) e os PAA estão interligados, pois os PAA ajudam a reduzir a assimetria informacional entre os gestores (agentes) e os investidores (principais). Os auditores destacam, nos PAA, informações críticas e potenciais riscos nos relatórios financeiros, aumentando a transparência e permitindo que os investidores tenham uma visão mais detalhada e confiável da empresa auditada (Köhler et al., 2020). Assim, os PAA são uma ferramenta para mitigar conflitos de agência, aprimorando o entendimento do mercado sobre a situação financeira e operacional das empresas.

O *International Accounting Standards Board* não determina o número de PAA a ser reportado, mas sugere de dois a sete itens (Cordoş & Fülöp, 2015). Pinto e Morais (2019) compreendem que o quantitativo de PAA varia, mas em síntese, é afetado pelo risco de litígio, perda de reputação do auditor, relacionamento auditor-cliente, precisão das normas de Contabilidade e os efeitos dos reguladores e supervisores da atividade.

Brasel et al. (2016) apresentam duas visões jurídicas sobre os PAA: i) auditor não detectar distorções relevantes em uma área de risco, mas destacar PAA, aumenta a chance de litígios; e ii) auditor não detectar distorções, mas comunicar PAA em outras áreas ou informar que não há PAA, aumenta a sua responsabilidade. Nesse enfoque, Gimbar et al. (2016) argumentam que em ambientes com normas contábeis rígidas, os PAA ajudam a prevenir litígios. Ademais, eles sugerem que a expressão “garantia razoável”, utilizada para interpretar outras seções do RAI, seja adotada aos PAA, de forma a melhorar a compreensão dos usuários sobre a responsabilidade profissional do auditor.

Em adição, Segal (2017), ao explorar as possíveis consequências da introdução dos PAA nos relatórios de auditoria no contexto sul-africano, sugeriu que os auditores busquem proteção contra a não elucidação de certas matérias-chave de auditoria. Além disto, recomenda ao auditor

comprovar suas descobertas, particularmente no que diz respeito à continuidade da empresa, e informar quais procedimentos não foram executados, a fim de reduzir futuras indagações.

Outro aspecto desafiador ao auditor, resultando em escassas revelações, é os PAA sobre impactos da Tecnologia da Informação (TI) de uma organização, pois pode resultar em: encerrar as atividades; afetar o valor das ações; instituir riscos de continuidade; e colocar em perigo a integridade das demonstrações financeiras (Sneller et al., 2016). Desta maneira, se os auditores derem atenção a este ponto, nos principais assuntos de auditoria, podem melhorar as divulgações sobre TI, e, especialmente, contribuir para as partes interessadas terem mais informações das empresas, ao destacarem pequenos aspectos ou anomalias sobre elas (Cordoş & Fülöp, 2015).

Estudos com técnicas estatísticas sinalizam que as particularidades do auditado e das firmas de auditoria contribuem para determinação do volume e tipo de PAA evidenciado no RAI (Ferreira & Morais, 2020; Pinto & Morais, 2019; Sierra-García et al., 2019; Venturini et al., 2023). Ricquebourg e Maroun (2023) compreenderam que, alterar o auditor responsável não está associado a mudanças nos PAA relatados, mas a troca da firma de auditoria impacta significativamente os PAA adicionados ou removidos em um relatório de auditoria. Nessa linha, reguladores preocupam-se com a qualidade do conteúdo publicado nos PAA e indagam se os auditores não estão fazendo divulgações padronizadas a fim de cumprirem seu encargo e, por consequência, relatando as mesmas informações externadas pela companhia em outros informes (ACCA, 2018). Isso destaca a importância de estudos que avaliem qualitativamente os PAA.

No que tange à análise do conteúdo informacional dos PAA, o Ibracon (2017), de forma geral e por setor de atividade, identificou os PAA do RAI do primeiro ano (2016) do Brasil, observando média de 2,43 PAA por companhia, sendo enunciado mais sobre as áreas de maior risco e com subjetividade de análise. Já o Ibracon (2018) avaliou os PAA de 2017, constatando maior quantitativo de itens e de RAIs, mas mesmo número médio por empresa.

Marques e Souza (2017) verificaram nas empresas do índice Ibovespa de 2016, em torno de 3,49 PAA por empresa, sendo os mais citados: recuperabilidade do ativo, contingências receitas e projeção de resultados futuros para a realização de ativos. Ainda, duas empresas referiram risco de descontinuidade e essa informação constava nas demonstrações contábeis. Silva et al. (2021a) observaram as *big four*, reportando 79% dos PAA anualmente e abordando sobre ativo patrimonial, resultado e ativos e passivos de concessão e setoriais, sendo mais variados nas grandes empresas. Vargas et al. (2022) constataram redução anual no total de PAA de 2016 a 2019, e média de 2,75 por empresa, sendo receita, ativos e passivos de concessão e setorial e contingências os mais frequentes nos setores de utilidade pública e telecomunicações.

Em Portugal, Pereira (2019) analisou os PAA de 2016 e 2017 das empresas da bolsa de valores de Lisboa – Euronext Lisbon, sendo mais relatado sobre ativos fixos tangíveis/intangíveis, *goodwill*, investimentos em outras empresas, matérias fiscais, provisões, ativos e passivos contingentes. Martins (2023) também averiguou as empresas cotadas na Euronext Lisbon e constatou que os PAA mais comuns incluem questões legais, fiscais e de investimentos, sendo que as empresas maiores e auditadas por *big four* apresentam um número maior de PAA. Fonseca (2021) identificou que os temas de maior representatividade no montante das demonstrações financeiras são mais frequentes entre os PAA do que áreas com maior complexidade de validação. Ainda, o total do ativo e da dívida tem influência positiva sobre a quantidade de PAA divulgados; quanto maiores esses fatores, maior o número de PAA reportados pelo auditor. Em contrapartida, empresas com maior rentabilidade tendem a ter menos PAA. Isso ratifica Pinto e Morais (2019), que identificaram mais PAA em empresas com maior risco financeiro e as instituições altamente reguladas, como as financeiras, com menos PAA.

Este estudo se diferencia por analisar todos os setores não financeiros da Bolsa de Valores Brasileira e da Euronext Lisbon, em um período maior (2016 a 2021). Também por agrupar a quantidade e tipos de PAA por etapa de ciclo de vida da empresa. Essa abordagem é

motivada pelo fato de que, apesar de pertencerem a diferentes segmentos e mercados, as empresas enfrentam desafios semelhantes durante seu desenvolvimento (Scott & Bruce, 1987). As variações nos ciclos são comuns e influenciadas por riscos e incertezas, refletidos nos fluxos de caixa (Dickinson, 2011; Lester et al., 2003; Miller & Friesen, 1984). O movimento entre os ciclos é impactado pelas atividades operacionais, de investimento e de financiamento da empresa (Hasan & Habib, 2017). Segundo Dickson (2011), o ciclo de vida de uma empresa representa as etapas que ela atravessa desde sua criação até o possível declínio, cada qual com seus desafios e estratégias adaptadas.

Na primeira e segunda fases, nascimento e crescimento, as empresas geralmente recorrem a fontes externas para cobrir a necessidade de caixa decorrente de suas atividades operacionais (Alves & Marques, 2007). Na terceira fase, maturidade, a receita está estabilizada e o fluxo de caixa gerado é suficiente para cobrir os prejuízos iniciais e os investimentos realizados, estando as empresas menos propensas a riscos e com ganhos mais persistentes (Dickinson, 2011).

Na turbulência, quarta fase, a empresa passa por um processo de renovação, alterando sua estrutura para retornar aos períodos de crescimento ou maturidade, fazendo com que as informações contábeis percam conteúdo informacional (Alves & Marques, 2007). Benmelech et al. (2010) demonstram que empresas alocadas na fase de declínio – última fase, enfrentam probabilidade alta de saírem do mercado, por conta das suas ineficiências internas, obsolescência da tecnologia, produtos e estratégias de gestão e para superar essas limitações, trabalham para reconquistar a quota de mercado, muitas vezes, aumentando o seu investimento.

Assim, mesmo as empresas aplicando normas contábeis iguais para registro das suas operações, a relevância da informação contábil varia ao longo das cinco fases do ciclo de vida (Habib & Hasan, 2018). Isso reforça a necessidade de uma entrega diferenciada por parte dos auditores independentes em cada fase e, conseqüentemente, reporte de PAA distinto à empresa.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A amostra foi composta pelas organizações não financeiras ativas e listadas na Bolsa de Valores Brasileira ou na Euronext Lisbon, que apresentaram os RAI referentes a, no mínimo, um dos anos considerados entre 2016 a 2021. Essa verificação foi efetuada de janeiro a outubro de 2022, em 460 companhias, sendo avaliado 1.775 RAI (1.584 do Brasil e 191 de Portugal). Quanto à escolha do período, é posterior à implementação da norma de PAA no Brasil e em Portugal, que exigiu nova seção no RAI às auditorias que se findam em ou após o exercício de 2016 (CFC, 2016).

Por meio do acesso ao RAI, disponível no sítio da Bolsa de Valores Brasileira ou das empresas da Euronext, realizou-se coleta manual da quantidade e dos assuntos reportados por companhia na seção dos PAA e do nome da firma auditora que emitiu o RAI. Para avaliar a dinâmica de divulgação dos PAA, realizou-se o seguinte: i) compreensão da comunicação reportada por meio da análise de conteúdo por sentença; ii) aspectos quantitativos de reporte por meio da análise descritiva.

Quanto ao conteúdo informacional dos PAA, inicialmente categorizou-se conforme listagem (25 tipos) do Ibracon (2017; 2018), de modo que: i) se o título e/ou a descrição do PAA envolveu duas ou mais categorias, realizou-se o desdobramento e foram computados de forma separada; e ii) se a empresa teve mais de um PAA no ano de análise em uma mesma categoria, foi classificado para esta mais de uma vez.

Posteriormente, codificou-se com base nas seis classificações da ACCA (2018) e, por fim, sumarizou-se seguindo Sierra-García et al. (2019) e Lennox et al. (2022), distinguindo em duas categorias: i) risco de nível da entidade, que inclui assuntos relacionados ao risco da empresa como um todo, por exemplo, disposições tributárias e tecnologia da informação; e ii) risco em nível da conta, que contempla itens específicos dos demonstrativos contábeis, como

receitas, intangível, imobilizado, estoques e redução a valor recuperável de ativos. Destaca-se que por meio dessa última segregação, foi possível compreender os assuntos que são ou não de cunho contábil. A Tabela 1 ilustra as categorizações de PAA adotadas nesta pesquisa.

Para categorização dos PAA até o menor nível de itens, um autor realizou manualmente as classificações dos PAA e, após, uma outra dupla revisou e, por fim, em uma análise em grupo (todos os autores), houve a discussão, ratificação ou reclassificação dos assuntos, conforme o caso. Isso teve o objetivo de minimizar a subjetividade de inferência e interpretação. Ainda, quando necessário, contou-se com a assistência de especialistas (analistas financeiros e professores doutores em Contabilidade) e procedeu-se a leitura da(s) Nota(s) Explicativa(s) mencionada(s) na descrição dos PAA, a fim de obter mais informações sobre o PAA descrito.

Os especialistas fizeram parte da avaliação do conteúdo informacional dos PAA, desde a primeira categorização (IBRACON), de modo que os itens passíveis de dúvidas foram debatidos com eles em reuniões agendadas. Com isso, houve aprendizado sobre a interpretação da mensagem dos PAA. Por fim, eles revisaram toda a categorização proposta, havendo poucas mudanças de classificação e poucos PAA foram desdobrados para mais de uma categoria.

**Tabela 1**  
*Categorias de PAA do estudo*

<b>Ibracon (2017; 2018)</b>	<b>ACCA (2018)</b>	<b>Sierra-García et al. (2019) e Lennox et al. (2022)</b>
Ativos e passivos de concessão e setoriais	Assuntos Específicos do Setor	Risco em nível da conta
Realização do impacto de renda diferido	Ativos	
Investimentos		
Estoques		
Propriedade para investimento		
Ativo biológico		
Imobilizado		
Contas a receber		
Ativos intangíveis		
Ativos disponíveis à venda/Operações descontinuadas		
Valor recuperável de ativos não financeiros		
Redução a valor recuperável de ativos financeiros		
Contingências	Passivos	
Benefício pós-emprego		
Outros passivos		
Receita	Assuntos Complexos	
Instrumentos financeiros	Assuntos Complexos	Risco em nível da entidade
Combinação de negócios		
Leis e regulamentações		
Impostos		
Transação com partes relacionadas		
Pressuposto de continuidade operacional		
Gestão de liquidez		
Controles internos – TI		
Demonstrações fiduciárias		

Os aspectos quantitativos avaliados dos PAA por país foram a quantidade máxima, mínima, média e frequência, e a dinâmica de mudança i) ano a ano; ii) setor; iii) firma de auditoria; iv) ciclo de vida e) adição/eliminação. Para esses dados, realizou-se análise descritiva.

Na classificação por etapa do ciclo de vida, considerou-se as empresas com dados disponíveis de demonstração do fluxo de caixa na base da *Refinitiv*<sup>®</sup>, sendo as organizações enquadradas, ano a ano, em uma das cinco etapas da Dickinson (2011), em que se considera os fluxos de caixa operacionais, de investimento e de financiamento. Cabe mencionar que a análise

de 2016 a 2021 possibilita um tamanho amostral com aleatoriedade, permitindo analogia com menos viés, além de englobar dois anos (2020 e 2021) marcados pela pandemia da Covid-19, que podem ter influenciado econômica e financeiramente as companhias ao redor do mundo (Nicola et al., 2020) e o reporte dos PAA pelos auditores.

Vale ressaltar que, para a presente pesquisa, optou-se por não utilizar estatística de Análise de Correspondência (Anacor), uma vez que as companhias analisadas apresentaram a divulgação de mais de uma categoria de PAA em cada ano (para os três tipos de categorização analisados) e a Anacor pressupõe que cada companhia tenha apenas uma categoria como objeto de análise para fins de não enviesamento dos resultados.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O enfoque da análise dos PAA foi as seis categorias da ACCA (2018) e as duas de Sierra-García et al. (2019) e Lennox et al. (2022), pois este estudo visa compreender o menor nível de evidenciação. De forma sintética (dados tabulados, mas não tabelados), na avaliação dos PAA, segundo as 25 categorias do Ibracon (2017; 2018), apenas o item demonstrações fiduciárias não foi verificado no Brasil e em Portugal, pois no Ibracon ele consta em empresas de securitização – setor financeiro. Em Portugal também não se observou o PAA sobre estoques. Os três assuntos mais reportados no período analisado nos dois países foram: valor recuperável de ativos não financeiros, receita e contingências, os quais representam 37,58% dos 4.124 PAA analisados no Brasil e 57,47% dos 609 de Portugal.

A Tabela 2 elucida o total de PAA por setor e a quantidade média, por companhia.

**Tabela 2**

*Total de PAA por setor e quantidade média por empresa no Brasil e em Portugal*

Setor	Brasil						Média Geral	Portugal						Média Geral
	Média PAA/Cia							Média PAA/Cia						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021		2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Serviços de Acomodação e Alimentação	2,67	2,67	3,33	3,67	3,00	3,00	3,06	1,50	1,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,17
Assistência Médica e Social	3,40	3,33	3,33	2,86	2,60	2,60	3,02	-	-	-	-	-	-	-
Comércio Atacadista	2,57	3,43	3,14	3,38	2,83	2,75	3,02	3,00	3,00	2,00	1,00	2,00	2,00	2,17
Serviços Educacionais	2,80	2,40	3,40	3,25	3,40	2,57	2,97	-	-	-	-	-	-	-
Artes, Entretenimento e Recreação	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	2,33	2,89	0,75	1,80	1,40	1,60	1,60	1,60	1,46
Transporte e Armazenagem	3,60	2,88	3,13	2,72	2,50	2,33	2,86	4,00	6,00	5,00	5,00	5,00	4,00	4,83
Serviços Administrativos e de Suporte e Gestão de Resíduos e Remediação	3,00	3,00	2,50	2,75	3,00	2,85	2,85	-	-	-	-	-	-	-
Imóveis e Aluguel e Leasing	3,88	3,13	2,63	2,50	2,25	2,50	2,81	-	-	-	-	-	-	-
Serviços Públicos	3,26	3,21	2,86	2,67	2,47	2,17	2,77	4,33	5,00	4,33	4,33	4,67	3,75	4,40
Mineração, Pedreiras e Extração de Óleo e Gás	2,33	3,00	2,67	3,17	2,57	2,00	2,62	-	-	-	-	-	-	-
Comércio Varejista	3,29	3,29	2,79	2,45	1,96	1,79	2,59	2,67	2,33	3,33	3,67	3,33	2,00	2,89
Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça	2,40	2,80	1,80	2,40	3,17	2,51	2,51	-	-	-	-	-	-	-
Outros Serviços (exceto Administração Pública)	-	-	-	-	2,50	2,50	2,50	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação	2,65	2,68	2,90	2,29	2,35	2,02	2,48	2,82	3,18	2,73	2,64	2,25	2,42	2,67
Construção	2,59	2,65	3,06	2,05	2,20	2,08	2,44	3,33	4,67	2,67	3,50	3,50	4,00	3,61
Informações	1,20	3,00	2,60	2,22	1,56	2,00	2,10	3,40	3,40	3,20	3,20	3,40	3,20	3,30
Serviços Profissionais, Científicos e Técnicos	1,57	2,29	2,57	1,71	1,44	1,44	1,84	3,00	2,67	2,67	2,67	2,00	2,50	2,58
Finanças e Seguros	1,80	1,80	1,80	1,33	1,58	1,79	1,68	-	-	-	-	-	-	-
Gestão de Empresas e Empreendimentos	1,00	0,75	0,75	0,83	0,83	1,33	0,92	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2,61</b>	<b>2,74</b>	<b>2,68</b>	<b>2,51</b>	<b>2,38</b>	<b>2,24</b>	<b>2,52</b>	<b>2,88</b>	<b>3,35</b>	<b>2,98</b>	<b>3,01</b>	<b>3,03</b>	<b>2,80</b>	<b>3,01</b>

Conforme a Tabela 2, a média geral de PAA por empresa é de 2,52 no Brasil e 3,01 em Portugal, corroborando Ibracon (2017; 2018), Marques e Souza (2017), Sierra-García et al. (2019) e Lennox et al. (2022). Entre 2016 e 2019, todos os 19 segmentos brasileiros apresentaram PAA ao menos em um ano, enquanto 9 setores portugueses não os reportaram. O número máximo de PAA por companhia foi 8. Para Cordoş e Fülöp (2015), o IAASB sugere de duas a sete questões como relevantes no RAI, após debate com a governança, o que seria atendido pela média brasileira e portuguesa, caso fosse um requisito normativo.

No Brasil, entre 2017 e 2021, o setor com mais PAA foi Acomodação e Serviços Alimentares (média de 3,06) e o setor com menos foi Gestão de Empresas e Empreendimentos (0,92). Em Portugal, o setor de Transportes teve a maior média de PAA (4,83), e Artes e Entretenimento a menor (1,46), estando em linha com Pereira (2019), que denotou também média variada nos segmentos. Embora a média geral de PAA tenha se mantido estável em ambos os países, houve uma leve queda de 2017 a 2021. Esse movimento, observado também na África, reflete o aumento de exclusão de PAA ao longo dos anos (Riquebourg & Maroun, 2023).

Nos anos de 2020 e 2021, considerados afetados mundial e economicamente pela pandemia de Covid-19 (Nicola et al., 2020), não se observou significativo aumento ou redução na quantidade de PAA em relação à média geral em cada país, apesar de 2021 ter sido o ano com menor média em ambos os países (Brasil – 2,24 e Portugal – 2,80). A maior média de PAA foi em 2017, tanto para o Brasil (2,74), quanto para Portugal (3,35).

Visando ampliar a compreensão sobre a tendência anual dos PAA reportados no Brasil e em Portugal de 2016 a 2021, analisou-se o quantitativo de PAA adicionados e excluídos, seguindo Riquebourg e Maroun (2023). Por exemplo, um relatório de auditoria pode ter dois PAA no ano anterior e no atual, os quais podem ser os mesmos ou totalmente diferentes ou um novo e um antigo PAA. Em média, (dados tabulados e não tabelados), a cada ano, as empresas da amostra do Brasil e de Portugal tiveram um número ligeiramente maior de PAA descartados do que adicionados, levando à queda no número médio de PAA. Essa mesma tendência foi observada por Riquebourg e Maroun (2023) na África. Logo, isso auxilia a explicar a queda do total de PAA reportado de 2017 a 2021 no Brasil e em Portugal (Tabela 2).

A Tabela 3 ilustra os PAA, segundo as seis categorias da ACCA (2018), por ano e setor, no Brasil e em Portugal, considerando a ordem do maior ao menor total de PAA por categoria.

**Tabela 3**  
*PAA reportados por categoria (seis categorias) e setor no Brasil e em Portugal*

Setor	Brasil																																										
	Assuntos Complexos					Ativos					Impairments					Passivos					Controles					Assuntos Específicos do Setor																	
	16	17	18	19	20	21	16	17	18	19	20	21	16	17	18	19	20	21	16	17	18	19	20	21	16	17	18	19	20	21	16	17	18	19	20	21	16	17	18	19	20	21	
A	1	1	1	4	2	2	2	1	2	2	2	2	3	3	4	4	4	4	0	1	1	0	0	0	2	2	2	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
B	4	4	3	6	8	7	0	0	0	0	1	1	1	1	2	3	7	7	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0		
C	4	6	3	6	11	8	6	6	5	5	6	5	0	1	1	1	1	1	2	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
D	3	2	3	2	1	1	2	2	2	3	3	2	2	2	2	3	2	2	2	2	2	2	2	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
E	12	11	16	13	21	21	12	12	12	10	12	8	6	6	6	4	9	10	10	11	10	8	10	9	4	5	8	4	3	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
F	5	4	5	5	6	8	2	2	4	2	5	5	4	4	5	4	4	3	2	3	2	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
G	2	2	2	4	7	6	3	3	2	3	3	7	2	2	2	3	4	3	1	1	1	1	2	4	1	1	2	1	1	2	4	1	1	2	1	1	3	3	0	0	0	2	
H	5	8	8	10	13	12	5	3	3	1	1	1	5	5	5	6	7	7	2	4	4	3	4	6	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
I	2	4	4	12	13	15	2	3	2	1	1	4	1	3	0	5	6	10	1	3	2	2	3	3	0	2	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
J	1	1	1	2	2	2	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	2	1	1	1	1	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
K	62	60	75	64	77	66	59	62	63	47	53	42	45	39	44	44	47	43	41	52	49	40	46	42	18	20	21	11	16	13	0	0	0	0	2	1	0	2	1	0			
L	2	5	2	3	5	6	2	3	4	3	2	3	4	4	4	5	4	2	6	6	4	6	6	6	0	0	2	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0		
M	0	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
N	3	3	3	4	6	7	3	6	7	4	4	3	4	5	4	2	3	3	1	1	3	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
O	11	9	7	7	6	10	14	10	9	8	6	11	2	2	3	5	4	4	2	2	1	0	1	0	2	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
P	13	8	10	23	18	19	21	23	16	9	16	15	4	3	2	7	5	4	4	7	5	5	9	6	4	5	6	4	6	5	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1			
Q	11	14	16	19	15	12	16	12	11	11	8	10	10	7	8	9	12	11	6	6	7	5	5	2	5	2	4	2	0	1	6	5	4	3	5	6	3	5	6	6			
R	39	37	34	38	31	30	20	20	13	12	12	18	18	14	13	11	12	32	33	29	27	23	19	6	2	0	1	5	1	22	25	30	24	29	26	26	26	26	26	26			
S	5	7	8	14	15	12	6	5	4	3	6	9	2	2	2	3	5	5	2	5	5	6	7	5	3	5	3	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Total	185	186	201	236	260	247	176	174	160	125	142	141	113	107	111	121	139	136	117	139	127	110	122	108	45	48	52	27	42	32	28	30	34	32	36	35	35	35	35				
Setor	Portugal																																										
	Impairments					Ativos					Assuntos Complexos					Passivos					Controles					Assuntos Específicos do Setor																	
	16	17	18	19	20	21	16	17	18	19	20	21	16	17	18	19	20	21	16	17	18	19	20	21	16	17	18	19	20	21	16	17	18	19	20	21	16	17	18	19	20	21	
A	1	1	1	1	2	2	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
D	1	3	3	4	4	4	1	0	0	0	0	0	0	3	2	2	2	1	1	3	2	2	2	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
E	1	2	1	1	1	1	6	8	4	5	5	6	2	2	3	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
I	6	6	6	6	6	5	5	4	4	5	5	3	3	3	3	1	1	3	3	3	3	4	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
K	16	16	15	15	16	17	9	9	9	6	5	5	2	4	3	5	2	2	4	5	3	2	2	2	0	1	0	1	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
N	4	4	4	4	3	3	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	2	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
P	3	3	3	3	3	2	2	2	1	1	1	0	2	1	4	5	4	3	1	1	2	2	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Q	0	0	0	0	0	0	1	2	2	3	3	2	1	1	1	1	1	2	3	2	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
R	2	2	3	3	3	4	1	3	2	2	2	2	4	4	3	4	5	5	3	3	3	2	2	2	1	1	0	0	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2		
S	2	2	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total	36	39	36	38	38	39	28	32	25	23	22	21	16	20	20	22	18	17	16	20	16	13	13	10	3	4	1	2	4	5	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2			

Nota. A = setor de Serviços de Acomodação e Alimentação; B = setor de Serviços Administrativos e de Apoio e Gestão de Resíduos e Remediação; C = setor de Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça; D = setor de Artes, Entretenimento e Recreação; E = setor de Construção; F = setor de Serviços Educacionais; G = setor de Finanças e Seguros; H = setor de Assistência Médica e Social; I = setor de Informação; J = setor de Gestão de Empresas e Empreendimentos; K = setor de Manufatura; L = setor de Mineração, Pedreiras e Extração de Petróleo e Gás; M = setor de Outros Serviços (exceto Administração Pública); N = setor de Serviços Profissionais, Científicos e Técnicos; O = setor de Imóveis e Aluguel e Leasing; P = setor de Comércio Varejista; Q = setor de Transporte e Armazenagem; R = setor de Utilidades; S = setor de Comércio Atacadista. 16 = ano de 2016; 17 = ano de 2017; 18 = ano de 2018; 19 = ano de 2019; 20 = ano de 2020; 21 = ano de 2021.

Verifica-se na Tabela 3 que, de 2016 a 2021, os auditores no Brasil destacaram principalmente Assuntos Complexos como os que exigiram julgamentos aprofundados. A norma de PAA (CFC, 2016) enfatiza que as áreas complexas e de julgamento significativo do auditado demandam julgamentos difíceis ou complexos do auditor. Em Portugal, os PAA mais recorrentes referem-se a *impairment*, sendo o terceiro grupo no Brasil. Essa divergência pode ser do objetivo da seção de PAA, que é o de focar os assuntos que foram discutidos com a administração e exigiram mais atenção dos auditores durante a auditoria (Köhler et al., 2020). Logo, pode ser específico do contexto empresarial e de cada país. Em relação à categoria *impairment*, por tratar de estimativas, tem uma natureza de incerteza que pode gerar distorções relevantes nas demonstrações contábeis, requerendo maior validação dos auditores (ACCA, 2018).

Temas como ativos, passivos, respectivamente, são o segundo e o quarto grupos evidenciados pelos auditores como PAA no Brasil e em Portugal. Isso pode ser atribuído à função do auditor que é de examinar os relatórios financeiros e, proporcionar nível razoável de garantia dos números contábeis reportados aos usuários do RAI (BooLaky & Quick, 2016).

O quinto grupo de PAA, menos frequente em ambos os países, abrange temas fora das demonstrações financeiras, como a avaliação do controle interno. Isso inclui a análise de TI, importante e de interesse público por possíveis riscos à continuidade operacional e integridade financeira (Sneller et al., 2016). A avaliação do risco de cliente, conforme Sierra-García et al. (2019), também é fundamental para o sucesso da auditoria.

Os PAA de receita enfatizam controles internos e de TI para garantir a mensuração correta das receitas, evitando impactos de uma contabilização inadequada e falhas no sistema de TI nos demonstrativos financeiros. Outros temas frequentes incluem a contabilização e apuração de impostos, como créditos a compensar e parcelamentos, que afetam os resultados e exigem avaliação criteriosa do auditor visando reduzir a assimetria da informação. Martins (2023) observou que questões legais, fiscais e de investimentos são PAA frequentes em Portugal. Em 2019, a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos também foi PAA, reforçando a tendência de novas regras contábeis serem destaque nas auditorias (Pinto & Moraes, 2019).

A norma dos PAA (CFC, 2016) enfatiza que alguns assuntos são os principais para determinada atividade/setor devido às circunstâncias do segmento ou da complexidade dos relatórios financeiros. A legislação dos PAA pode ter contribuído para que, “ativos e passivos de concessão e setoriais” estivesse mencionado com maior frequência nos setores de bens industriais e utilidade pública, que contemplam empresas com atividade de concessão. Sierra-García et al. (2019) alertaram sobre a propensão dos auditores emitirem certos PAA por área.

A Tabela 4, na ordem do maior ao menor, elucida os PAA, por setor e ano, entre 2016 a 2021, conforme as duas categorias de Sierra-García et al. (2019) e Lennox et al. (2022).

**Tabela 4**

*PAA por categoria (duas categorias) de Sierra-García et al. (2019) e Lennox et al. (2022) e setor no Brasil e Portugal*

Setor	Brasil												Portugal											
	Risco em nível de conta						Risco em nível de entidade						Risco em nível de conta						Risco em nível de entidade					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2016	2017	2018	2019	2020	2021
A	5	5	7	6	6	6	3	3	3	5	3	3	2	2	2	2	2	2	1	1	0	0	0	0
B	4	4	3	10	14	14	2	2	2	1	4	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C	12	14	9	9	15	13	0	0	0	3	4	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D	9	8	7	8	8	5	0	1	2	1	1	2	3	8	7	8	8	7	0	1	0	0	0	1

E	40	40	44	35	50	46	4	5	8	4	5	4	10	12	7	7	7	8	0	2	1	0	0	0
F	13	11	16	10	13	13	1	1	1	3	4	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
G	8	8	7	10	14	21	1	1	2	2	5	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
H	15	17	17	15	19	20	2	3	3	5	7	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
I	6	13	10	13	19	25	0	2	3	7	6	7	16	16	15	15	17	16	1	1	1	1	0	0
J	3	3	3	5	5	7	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
K	183	190	196	162	184	166	42	43	56	46	56	40	31	32	29	26	25	26	0	3	1	3	2	3
L	14	16	14	16	14	14	0	2	2	3	4	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M	0	0	0	0	4	4	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
N	11	15	17	10	12	13	0	1	1	2	1	0	7	7	7	7	5	5	2	1	1	1	1	0
O	27	21	20	18	17	22	4	4	1	2	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P	34	38	26	25	38	35	12	8	13	24	17	15	7	7	8	8	8	4	1	0	2	3	2	2
Q	47	43	40	40	41	37	7	3	10	9	4	5	4	6	5	5	5	4	0	0	0	0	0	0
R	129	129	116	102	100	92	8	6	4	13	11	8	11	13	13	12	11	13	2	2	0	1	3	2
S	12	14	14	17	25	25	6	10	8	10	9	8	3	3	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1
<b>Total</b>	<b>572</b>	<b>589</b>	<b>566</b>	<b>511</b>	<b>598</b>	<b>578</b>	<b>92</b>	<b>95</b>	<b>119</b>	<b>140</b>	<b>143</b>	<b>121</b>	<b>94</b>	<b>106</b>	<b>94</b>	<b>91</b>	<b>88</b>	<b>85</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>9</b>

Nota. A = setor de Serviços de Acomodação e Alimentação; B = setor de Serviços Administrativos e de Apoio e Gestão de Resíduos e Remediação; C = setor de Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça; D = setor de Artes, Entretenimento e Recreação; E = setor de Construção; F = setor de Serviços Educacionais; G = setor de Finanças e Seguros; H = setor de Assistência Médica e Social; I = setor de Informação; J = setor de Gestão de Empresas e Empreendimentos; K = setor de Manufatura; L = setor de Mineração, Pedreiras e Extração de Petróleo e Gás; M = setor de Outros Serviços (exceto Administração Pública); N = setor de Serviços Profissionais, Científicos e Técnicos; O = setor de Imóveis e Aluguel e Leasing; P = setor de Comércio Varejista; Q = setor de Transporte e Armazenagem; R = setor de Utilidades; S = setor de Comércio Atacadista.

Observa-se na Tabela 4 que os auditores reportaram mais sobre itens contábeis específicos das demonstrações financeiras do que da entidade, tanto no Brasil quanto em Portugal. A maioria dos PAA aborda contas que exigem maior subjetividade e complexidade, similar a Sierra-García et al. (2019), com média de 3 a 4 PAA no nível da conta e de 2 a 3 no nível da entidade. Ainda, os temas de maior representatividade no montante das demonstrações financeiras tendem a ser um PAA (Fonseca, 2021) e, conseqüentemente, esses PAA estão tornando-se direcionadores da leitura das demonstrações financeiras (Sirois et al., 2018).

Segal (2017) alerta que a possibilidade de os PAA transparecerem elementos confidenciais, sinaliza risco jurídico aos auditores. Logo, é esperada a criação de um padrão de relatório expandido, abordando mais itens contábeis. Kostova (2016) enfatiza que o auditor não está impedido de destacar questões que não são referentes às demonstrações financeiras. No entanto, as informações internas só devem ser explicitadas se a ética profissional for observada.

Por outro lado, o reporte de PAA sobre a continuidade operacional do negócio consta também em outros campos do RAI e em notas explicativas. Ou seja, a informação é declarada simultaneamente pela própria administração da companhia e pelo auditor, mas a credibilidade do auditor no mercado pode inspirar maior confiabilidade e aceitação.

Em suma, neste estudo, a categorização dos PAA, segundo o Ibracon (2017; 2018), posteriormente pela ACCA (2018) e seguidamente por Sierra-García et al. (2019) e Lennox et al. (2022), aponta que, no período avaliado (2016 a 2021), as firmas auditoras atribuíram maior importância a elementos dos demonstrativos financeiros (82,78% no Brasil e 91,63% em Portugal) do que aos riscos relacionados à entidade (17,22% no Brasil e 8,37% em Portugal). Isso pode ser do papel do auditor, atestar credibilidade e veracidade aos relatórios financeiros.

A Tabela 5 ilustra o quantitativo de PAA por firma auditora, segregando em i) *big four*, ao evidenciar os PAA por suas quatro integrantes, e ii) Outras Firmas Auditoras. Essa escolha se justifica pelo fato de que, anualmente, entre 2016 e 2021, em média mais de 50 firmas auditoras foram identificadas, mas algumas tiveram apenas um auditado, o que distorceria a média.

**Tabela 5**
*PAA evidenciados por firma auditora entre 2016 e 2021 – Brasil e Portugal*

Brasil																				
Firma Auditora	2016			2017			2018			2019			2020			2021			Média Geral	
	Cias	PAA	Média PAA																	
Outras firmas de auditoria	70	174	2,49	82	217	2,65	90	264	2,93	102	236	2,31	112	250	2,23	113	236	2,09	2,42	
Big four	Deloitte	33	90	2,73	23	55	2,39	21	56	2,67	21	43	2,05	27	52	1,93	32	58	1,81	2,25
	EY	38	103	2,71	40	111	2,78	42	101	2,40	47	120	2,55	73	175	2,40	75	172	2,29	2,48
	KPMG	55	155	2,82	64	198	3,09	64	179	2,80	64	155	2,42	68	142	2,09	64	119	1,86	2,50
	PwC	41	142	3,46	33	103	3,12	25	85	3,40	36	97	2,69	43	122	2,84	47	114	2,43	2,95
<b>Total Geral</b>	<b>237</b>	<b>664</b>	<b>2,80</b>	<b>242</b>	<b>684</b>	<b>2,83</b>	<b>242</b>	<b>685</b>	<b>2,83</b>	<b>270</b>	<b>651</b>	<b>2,41</b>	<b>323</b>	<b>741</b>	<b>2,29</b>	<b>331</b>	<b>699</b>	<b>2,11</b>	<b>2,51</b>	

  

Portugal																				
Firmas Auditoras	2016			2017			2018			2019			2020			2021			Média	
	Cias	PAA	Média PAA	Cias	PAA	Média PAA														
Outras firmas de auditoria	11	19	1,73	10	21	2,10	9	18	2,00	11	21	1,91	12	20	1,67	12	21	1,75	1,85	
Big four	Deloitte	9	34	3,78	7	28	4,00	5	12	2,40	4	10	2,50	6	14	2,33	8	22	2,75	3,08
	EY	3	11	3,67	6	21	3,50	8	25	3,13	9	31	3,44	9	29	3,22	9	31	3,44	3,36
	KPMG	4	13	3,25	4	16	4,00	4	13	3,25	5	14	2,80	5	14	2,80	4	9	2,25	3,04
	PwC	9	24	2,67	10	31	3,10	11	36	3,27	7	27	3,86	5	24	4,80	4	15	3,75	3,41
<b>Total Geral</b>	<b>36</b>	<b>101</b>	<b>2,81</b>	<b>37</b>	<b>117</b>	<b>3,16</b>	<b>37</b>	<b>104</b>	<b>2,81</b>	<b>36</b>	<b>103</b>	<b>2,86</b>	<b>37</b>	<b>101</b>	<b>2,73</b>	<b>37</b>	<b>98</b>	<b>2,65</b>	<b>2,84</b>	

Nota. Cias = Total de Companhias; PAA = Total de PAA.

Analisando-se a Tabela 5, no Brasil, a média geral de PAA relatados é de 2,51 com a PwC e KPMG acima ou próximas da média, e Deloitte abaixo dela. Em Portugal, todas as *big four* superaram a média de 2,84, lideradas pela PwC. No Reino Unido, a PwC também se destacou com maior número médio de PAA (Sierra-García et al., 2019). As firmas auditoras não *big four* julgaram relevantes, de forma média, 2,51 assuntos no Brasil e 1,85 em Portugal.

Em ambos os países desta pesquisa e no Reino Unido (Sierra-García et al., 2019), com base no quantitativo de companhias auditadas, o conhecimento do auditor e o histórico no setor parecem favorecer as *big four*, sugerindo maior percepção de qualidade nessas auditorias (Ferreira & Morais, 2020), embora a adequação dos PAA por firma não tenha sido analisada.

A Tabela 6 ilustra a quantidade de PAA reportado de 2016 a 2021, classificados nas seis categorias conforme ACCA (2018), segregada nas cinco etapas do ciclo de vida da firma.

**Tabela 6**
*Total de PAA reportados em seis categorias e por etapa do ciclo de vida no Brasil e em Portugal*

Seis categorias	Brasil																								Total Geral						
	2016					2017					2018					2019					2020					2021					
	N	C	M	T	D	N	C	M	T	D	N	C	M	T	D	N	C	M	T	D	N	C	M	T		D	N	C	M	T	D
Assuntos Complexos	11	40	91	21	8	15	50	80	18	3	21	49	82	21	8	16	63	108	14	5	35	97	72	18	7	58	52	78	23	13	1.177
Assuntos Específicos	0	10	11	2	3	2	8	10	7	1	4	17	8	3	0	3	8	14	5	1	0	15	15	3	1	2	12	12	8	0	185
Ativos	17	33	81	24	10	18	31	82	16	9	16	33	69	11	12	8	40	53	11	3	14	48	53	9	4	23	27	52	14	9	830
Controles	2	4	25	6	3	1	8	20	9	4	7	6	23	5	4	3	4	9	3	3	7	12	11	1	3	5	3	11	3	3	208
Impairments	10	16	61	11	7	8	17	52	14	5	11	26	45	10	7	9	32	55	11	3	16	48	45	13	5	20	33	49	13	9	661
Passivos	9	28	58	9	6	12	29	70	11	6	14	35	52	5	9	4	26	58	6	4	9	35	52	8	5	20	21	37	14	8	660
<b>Total Brasil</b>	<b>49</b>	<b>131</b>	<b>327</b>	<b>73</b>	<b>37</b>	<b>56</b>	<b>143</b>	<b>314</b>	<b>75</b>	<b>28</b>	<b>73</b>	<b>166</b>	<b>279</b>	<b>55</b>	<b>40</b>	<b>43</b>	<b>173</b>	<b>297</b>	<b>50</b>	<b>19</b>	<b>81</b>	<b>255</b>	<b>248</b>	<b>52</b>	<b>25</b>	<b>128</b>	<b>148</b>	<b>239</b>	<b>75</b>	<b>42</b>	<b>3.721</b>

  

Seis categorias	Portugal																								Total Geral							
	2016					2017					2018					2019					2020					2021						
	N	C	M	T	D	N	C	M	T	D	N	C	M	T	D	N	C	M	T	D	N	C	M	T		D	N	C	M	T	D	
Assuntos Complexos	0	1	11	2	2	1	1	10	6	1	0	0	16	3	0	0	0	19	2	0	0	5	10	2	0	0	0	5	10	2	0	109
Assuntos Específicos	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	12
Ativos	0	0	19	6	3	0	1	16	13	2	0	1	15	7	2	0	0	12	11	0	0	2	15	5	0	2	2	12	3	2	151	
Controles	0	0	2	0	1	0	1	2	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	1	3	0	0	0	1	2	1	0	18	
Impairments	0	1	28	5	1	1	0	28	8	0	0	6	25	2	1	0	2	27	6	0	0	8	22	4	0	1	8	23	3	0	210	
Passivos	0	0	13	2	0	0	1	13	3	0	0	0	14	0	0	0	1	10	0	0	0	2	9	1	0	0	2	6	1	0	78	
<b>Total Portugal</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>75</b>	<b>15</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>69</b>	<b>31</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>73</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>72</b>	<b>19</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>18</b>	<b>61</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>18</b>	<b>55</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>578</b>	
<b>Total Geral</b>	<b>49</b>	<b>133</b>	<b>402</b>	<b>88</b>	<b>44</b>	<b>58</b>	<b>149</b>	<b>383</b>	<b>106</b>	<b>31</b>	<b>73</b>	<b>173</b>	<b>352</b>	<b>67</b>	<b>43</b>	<b>43</b>	<b>176</b>	<b>369</b>	<b>69</b>	<b>19</b>	<b>81</b>	<b>273</b>	<b>309</b>	<b>64</b>	<b>25</b>	<b>131</b>	<b>166</b>	<b>294</b>	<b>85</b>	<b>44</b>	<b>4.299</b>	

Nota. N = Nascimento; C = Crescimento; M = Maturidade; T = Turbulência; D = Declínio.

Entre 2016 e 2021, a maturidade foi a etapa com maior frequência de PAA tanto no Brasil quanto em Portugal, exceto em 2020 no Brasil, que predominou a etapa de crescimento. O menor número de PAA em ambos os países foi no declínio e ainda se observou aumento gradual de PAA das etapas iniciais até a maturidade, seguido de redução na turbulência e declínio.

A classificação em um ciclo requer perceber os potenciais fatores que possam afetar o desempenho (Dickinson, 2011). Assim, as etapas do ciclo de vida variam de acordo com a estrutura e a estratégia das entidades (Lester et al., 2003). Quando os fluxos de caixa estão em desenvolvimento ou mais estáveis como no crescimento e maturidade (Miller & Friesen, 1984), há mais PAA. No nascimento, turbulência e declínio, por conta da ineficiência de produção e poucos recursos financeiros (Dickinson, 2011), o fluxo de caixa é mais volátil e os auditores tendem a comunicar menos PAA por empresa.

No Brasil, em todas as etapas do ciclo de vida, a categoria “Assuntos Complexos” foi a mais reportada, seguida por “Ativos”, enquanto “Assuntos Específicos do Setor” e “Controles” tiveram menos menções. Empresas maduras que reportam PAA sobre assuntos desafiadores podem beneficiar os usuários das demonstrações contábeis, já que os auditores ajudam a reduzir a assimetria informacional. A categoria Assuntos Complexos contempla os PAA sobre receita, e os seus movimentos de aumento, seja operacional ou extraordinária, são valorizados pelo mercado (Hasan & Habib, 2017). Logo, mudanças na receita auditada e reportada em um PAA fornecem informações adicionais e confiáveis aos usuários.

Em Portugal não houve PAA reportado na etapa de nascimento, nos anos de 2016, 2018, 2019 e 2020 e na etapa de declínio nos anos 2019 e 2020. Do nascimento até a maturidade existe mais assimetria nas informações entre empresa e investidores, sendo as empresas submetidas a um controle mais rigoroso dos seus acionistas, além de terem menos recursos para prover divulgações mais robustas (Dickinson, 2011). O não reporte de PAA pelos auditores nas etapas de nascimento e declínio, reflete baixa contribuição na redução de assimetrias informacionais.

A Tabela 7 apresenta a quantidade de PAA reportados em cada uma das cinco etapas do ciclo de vida, segregada em duas categorias, no nível de conta e no nível de entidade.

**Tabela 7**

*Total de PAA reportados em duas categorias e por etapa do ciclo de vida no Brasil e em Portugal*

Duas categorias	Brasil																									Total Geral					
	2016					2017					2018					2019					2020						2021				
	N	C	M	T	D	N	C	M	T	D	N	C	M	T	D	N	C	M	T	D	N	C	M	T	D		N	C	M	T	D
RConta	46	118	279	59	33	49	124	275	62	21	60	145	224	44	33	28	137	236	46	14	61	202	212	45	20	98	122	206	63	37	3.099
REntidade	3	13	48	14	4	7	19	39	13	7	13	21	55	11	7	15	36	61	4	5	20	53	36	7	5	30	26	33	12	5	622
<b>Total Brasil</b>	<b>49</b>	<b>131</b>	<b>327</b>	<b>73</b>	<b>37</b>	<b>56</b>	<b>143</b>	<b>314</b>	<b>75</b>	<b>28</b>	<b>73</b>	<b>166</b>	<b>279</b>	<b>55</b>	<b>40</b>	<b>43</b>	<b>173</b>	<b>297</b>	<b>50</b>	<b>19</b>	<b>81</b>	<b>255</b>	<b>248</b>	<b>52</b>	<b>25</b>	<b>128</b>	<b>148</b>	<b>239</b>	<b>75</b>	<b>42</b>	<b>3.721</b>
	Portugal																														
	2016					2017					2018					2019					2020						2021				
	N	C	M	T	D	N	C	M	T	D	N	C	M	T	D	N	C	M	T	D	N	C	M	T	D		N	C	M	T	D
RConta	0	1	71	15	5	2	5	64	27	2	0	7	69	10	3	0	3	63	19	0	0	15	55	12	0	3	15	51	9	2	528
REntidade	0	1	4	0	2	0	1	5	4	1	0	0	4	2	0	0	0	9	0	0	0	3	6	0	0	0	3	4	1	0	50
<b>Total Portugal</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>75</b>	<b>15</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>69</b>	<b>31</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>73</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>72</b>	<b>19</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>18</b>	<b>61</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>18</b>	<b>55</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>578</b>
<b>Total Geral</b>	<b>49</b>	<b>133</b>	<b>402</b>	<b>88</b>	<b>44</b>	<b>58</b>	<b>149</b>	<b>383</b>	<b>106</b>	<b>31</b>	<b>73</b>	<b>173</b>	<b>352</b>	<b>67</b>	<b>43</b>	<b>43</b>	<b>176</b>	<b>369</b>	<b>69</b>	<b>19</b>	<b>81</b>	<b>273</b>	<b>309</b>	<b>64</b>	<b>25</b>	<b>131</b>	<b>166</b>	<b>294</b>	<b>85</b>	<b>44</b>	<b>4.299</b>

Nota. N = Nascimento; C = Crescimento; M = Maturidade; T = Turbulência; D = Declínio.

Conforme a Tabela 7, no Brasil e em Portugal os PAA concentram-se em riscos ao nível da conta do que da entidade, especialmente na fase da maturidade, evidenciando que os assuntos relacionados às contas contábeis (demonstração financeira) foram mais relevantes. Isso está aliado ao trabalho do auditor que visa contribuir para a reputação da empresa e influenciar as decisões dos usuários (Alves Júnior & Galdi, 2020), entregando ao mercado uma opinião com garantia razoável sobre os relatórios financeiros. Também se verificou que o número de PAA

tende a aumentar conforme as empresas evoluem até a maturidade e diminui nas fases de declínio, possivelmente pela ausência de novas operações e pelo alto risco financeiro.

Nas fases de vida do nascimento e declínio, as quais possuem fluxos de caixa mais instáveis, e, conseqüentemente, maior risco de retorno ao investidor (Benmelech et al., 2010; Hasan & Habib, 2017), poderia se esperar mais PAA. Isso porque os PAA visam transparecer mais dados do auditado, em especial de aspectos de maior risco, como a receita. As empresas que estão nessas fases, quanto mais informações os usuários tiverem sobre o que foi relevante para o auditor, maior segurança tendem ter sobre os investimentos. No entanto, os PAA em empresas em declínio são limitados, sugerindo que auditores podem não suprir as necessidades informacionais de investidores em contextos incertos. As etapas finais indicam alta probabilidade de as empresas saírem do mercado, por conta das suas ineficiências internas, obsolescência da tecnologia, produtos e estratégias de gestão (Benmelech et al., 2010).

Em geral, a maior quantidade de PAA foi comunicada pelo auditor em empresas que estão na etapa de maturidade. Essa fase é sinalizada como sendo a menos propensa a risco (Dickinson, 2011), o que pode auxiliar o auditor a divulgar mais elementos confiáveis sobre a empresa. Apesar de apresentarem menor risco, as empresas na fase de maturidade alcançam um padrão alto de funcionamento das suas operações a ponto de torná-las materiais para os auditores. Ainda, se verificou, em ambos os países e em todos os anos, a etapa do declínio com o menor número de PAA. Hasan e Habib (2017) definiram essa fase como de cenário incerto, em virtude de informações deficientes. Assim, em algumas etapas, os auditores podem não estar contribuindo para reduzir a carência informacional percebida pelo mercado.

Este estudo analisou de 2016 a 2021 a divulgação dos PAA no Brasil e em Portugal, considerando fatores como ano, setor, firma auditora e ciclo de vida. Isso visou avaliar a tendência dos PAA e, conseqüentemente, de informação (contábil ou não) do auditado. A média foi de 3 PAA por empresa, com mais relatos nos primeiros anos e queda subsequente, o que resulta, anualmente, em mais exclusão do que adição. Identificou-se que as *big four* lideraram as auditorias; sendo que as empresas maduras têm reporte de mais PAA, focados substancialmente sobre riscos dos demonstrativos financeiros. Com base na Teoria da Agência, a diversidade de assuntos reportados pelos auditores, como categorizados neste estudo, oferece aos usuários informações mais amplas por meio do RAI (título do assunto, justificativa do auditor e testes realizados). Logo, os PAA ajudam a reduzir a assimetria informacional no mercado de capitais, fornecendo mais subsídios sobre a auditoria e a empresa auditada.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisa a dinâmica de divulgação dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA) reportados pelos auditores independentes nas companhias não financeiras listadas na Bolsa de Valores Brasileira e na Euronext Lisbon, de 2016 a 2021. Para tanto, em uma amostra de 460 companhias, realizou-se avaliação do conteúdo informacional de 4.733 PAA de 1.775 Relatórios de Auditoria Independente (RAI), aglutinando-os em categorias, até o menor nível possível: i) 25 itens do Ibracon (2017; 2018); ii) 6 classes da ACCA (2018); e iii) 2 itens de risco de Sierra-García et al. (2019) e Lennox et al. (2022). Ainda examinaram-se as seguintes dinâmicas de reporte dos PAA: total por ano, setor, firma de auditoria, ciclo de vida e adição ou eliminação.

A pesquisa identificou que, em média, os RAI dispõem anualmente, em torno, de três assuntos destacados como relevantes pelos auditores independentes. Isso implica mais informações confiáveis sobre a companhia, pois antes da norma de PAA, os auditores emitiam opinião binária (aprovado ou reprovado) sobre os demonstrativos financeiros e não comunicavam os procedimentos executados (Lennox et al., 2022).

Em nível de setor, a média também foi de três PAA por companhia e, em sua maior parte referente a elementos dos demonstrativos contábeis, especificamente as questões mais complexas

de contabilização. Isso leva a crer que, pelo menos três áreas de risco e/ou contas contábeis são objeto de análise e submetidas a testes, a fim de assegurarem nível razoável de confiabilidade. Ainda, como a maioria das companhias foi auditada pelas *big four*, conjecturadas como as de maior conhecimento sobre os princípios da auditoria e das normas contábeis, os PAA reportados tendem ensejar maior qualidade e inspirar maior credibilidade às partes interessadas no RAI.

No tocante ao conteúdo informacional, segundo as 25 categorias do Ibracon (2017; 2018), “receita”, “valor recuperável de ativos não financeiros” e “contingências” foram os assuntos mais anunciados. Essas três questões, mesmo que uma vez, foram PAA em todos os setores analisados. A subclassificação, seguindo os estratos da ACCA (2018), sinalizou, em grau de frequência, “assuntos complexos”, “ativo”, “*impairments*”, “passivo”, “controle interno” e “assuntos específicos do setor” como os aspectos de risco mais significantes do auditado.

Por fim, conforme as categorias de Sierra-García et al. (2019) e Lennox et al. (2022), mais de 82% dos PAA são relacionados a contas contábeis, enquanto cerca de 18% tratam de riscos da entidade. Isso indica que os PAA abrangem particularidades relacionadas aos demonstrativos contábeis (por exemplo, mensuração e evidenciação) e questões gerais da entidade (por exemplo, por menores de controle interno e continuidade operacional). Também se pode inferir que os auditores consideram mais relevante reportar os riscos de distorções nas demonstrações contábeis no RAI. Isso proporciona às partes interessadas maior compreensão sobre os procedimentos de auditoria e maior confiabilidade ao RAI e também ajuda os usuários a interpretar as áreas dos demonstrativos financeiros que exigiram maior julgamento do auditor.

Em relação às etapas do ciclo de vida da empresa, o maior número de PAA reportado no Brasil e em Portugal ocorreu na fase de maturidade, exceto no Brasil em 2020, quando a fase de crescimento teve mais reportes. O menor número de PAA foi registrado na fase de declínio. Na fase de maturidade, a companhia está mais consolidada e divulga mais informações, o auditor tende a relatar mais elementos. Já na fase de declínio, há maior cautela devido à incerteza que algo não se concretize e maior risco de litígio. Assim, a segurança informacional percebida pelo auditor influencia o número de PAA reportados, especialmente sobre assuntos complexos.

Com base nos resultados dispostos, a pesquisa contribui para a literatura relacionada ao conteúdo informacional dos PAA, ao fornecer evidência dos tipos e quantitativo de assuntos reportados nos RAIs das empresas brasileiras e portuguesas. Também, proporciona conhecimento dos assuntos explicitados por setor, quantidade média por firma auditora, ano, *big four* ou não e por ciclo de vida da firma. Isso propicia indicativos de que os PAA constantes no RAI promovem maior valor informativo aos seus usuários, bem como o relatório de auditoria expandido mitiga a assimetria informacional sobre o auditado e os procedimentos de auditoria, elevando a confiança das partes interessadas. Nesta concepção, devido ao período de averiguação e categorização adotada, avançam-se às pesquisas que avaliam o quantitativo de PAA: Ibracon (2017; 2018), Marques e Souza (2017), Pereira (2019), Sierra-García et al. (2019), Santos et al. (2020a), Silva et al. (2021a), Zhang e Shailer (2021), Lennox et al. (2022) e Vargas et al. (2022), que sugeriram avaliar os PAA reportados em outros países.

Em termos teóricos, contribui com a Teoria da Agência que preconiza redução da assimetria informacional e embasou a pesquisa, tendo em vista se quantificar, ano a ano e por setor, a mudança de divulgação dos PAA pelos auditores (adição e eliminação). Isso permitiu entender que mais assuntos foram eliminados do que incluídos, mas que há certa variabilidade anual nos setores. Logo, preenche a lacuna de tendência de PAA evidenciada por Tušek e Ježovita (2018) e Lennox et al. (2022) e, ao avaliar a dinâmica de divulgação dos PAA no Brasil e Portugal, amplia Ricquebourg e Maroun (2023) no âmbito da África do Sul.

No quesito social, reforça para reguladores, usuários e pesquisadores a importância do PAA em melhorar a transparência da auditoria e das empresas auditadas. Ainda contribui para o anseio de órgãos reguladores, que apontaram a necessidade de verificar a implementação do PAA para identificar tendências no longo prazo, mesmo que variem entre auditorias e empresas

do mesmo setor (AAA, 2021; FRC, 2015). Isso pode ajudar reguladores a aprimorar futuras diretrizes de implementação de PAA e permitir que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os riscos percebidos e reportados pelos auditores.

Em termos empíricos, a pesquisa contribui para a temática de categorização dos PAA ao analisar o conteúdo informativo sobre riscos em nível das contas contábeis ou da entidade. Assim, as partes interessadas no RAI percebem que os PAA destacam aspectos relevantes das demonstrações financeiras que exigem maior envolvimento dos auditores. Essas questões são geralmente subjetivas, complexas e desafiadoras, permitindo a avaliação de áreas com maior risco de distorção relevante ou riscos significativos identificados pelos auditores.

Como limitação, têm-se o uso do modelo de Dickinson (2011) para definir as etapas do ciclo de vida, o qual estabelece a fase com base nos sinais do fluxo de caixa. No entanto, é um modelo utilizado com frequência e consolidado no meio de pesquisa. Ao mesmo tempo em que a quantidade de empresas enquadradas em cada estágio seguindo Dickinson (2011) pode ser uma limitação, também pode ser uma sugestão de estudos futuros, de forma a explorar junto aos auditores a validação do enquadramento da empresa *versus* PAA reportado.

## REFERÊNCIAS

- American Accounting Association [AAA] (2021). *Insights into Critical Audit Matters (CAMs)*. <https://aaahq.org/Education/Resources/Online/weARE-Webinar-18#day2>
- Association of Chartered Certified Accountants [ACCA]. (2018). *Key audit matters: unlocking the secrets of the audit*. <https://www.accaglobal.com/vn/en/professional-insights/global-profession/key-audit-matters.html>
- Alves Júnior, E. D., Galdi, F. C. (2020). Relevância informacional dos principais assuntos de auditoria. *Revista Contabilidade & Finanças*, 31(82), 67-83. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201908910>
- Alves, L. C. O., & Marques, J. A. V. D. C. (2007). Identificação das fases do ciclo de vida de empresas através da análise das demonstrações dos fluxos de caixa. *Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS*, 4(3), 249-262.
- Benmelech, E., Kandel, E., & Veronesi, P. (2010). Stock-based compensation and CEO (dis)incentives. *The Quarterly Journal of Economics*, 125(4), 1769-1820. <http://www.jstor.org/stable/40961018>
- Boolaky, P. K., & Quick, R. (2016). Bank directors' perceptions of expanded auditor's reports. *International Journal of Auditing*, 20, 158-174. <https://doi.org/10.1111/ijau.12063>
- Brasel, K., Doxey, M. M., Grenier, J. H., & Reffett, A. (2016). Risk disclosure preceding negative outcomes: the effects of reporting critical audit matters on judgments of auditor liability. *The Accounting Review*, 91(5), 1345-1362. <https://doi.org/10.2308/accr-51380>
- Christensen, B. E., Glover, S. M., & Wolfe, C. J. (2014). Do critical audit matter paragraphs in the audit report change nonprofessional investors' decision to invest?. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 33(4), 71-93. <https://doi.org/10.2308/ajpt-50793>

- Comissão de Valores Mobiliários [CVM]. (2018). *Ofício-Circular CVM/SNC/GNA nº 01/18*. Esclarecimentos relacionados à atuação do auditor no âmbito do mercado de valores mobiliários. <http://www.cvm.gov.br/legislacao/oficios-circulares/snc/oc-snc-gna-01-2018.html>
- Conselho Federal de Contabilidade [CFC]. (2016). *Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 701 - Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente*, de 17 de junho de 2016. <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA701.pdf>
- Cordoş, G. S., & Fülöp, M. T. (2015). Understanding audit reporting changes: introduction of key audit matters. *Accounting and Management Information Systems*, 14(1), 128-152.
- Dickinson, V. (2011). Cash flow patterns as a proxy for firm life cycle. *The Accounting Review*, 86(6), 1969-1994. <https://www.jstor.org/stable/41408043>
- Elmarzouky, M., Hussainey, K., Abdelfattah, T., & Karim, A. E. (2022). Corporate risk disclosure and key audit matters: the egocentric theory. *International Journal of Accounting & Information Management*, 30(2), 230-251. <https://doi.org/10.1108/IJAIM-10-2021-0213>
- El-Helaly, M., Ntim, C. G., & Al-Gazzar, M. (2020). Diffusion theory, national corruption and IFRS adoption around the world. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 38, 1-22. <https://doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2020.100305>
- Ferreira, C., & Morais, A. I. (2020). Análise da relação entre características das empresas e os key audit matters divulgados. *Revista Contabilidade & Finanças*, 31(83), 262-274. <https://dx.doi.org/10.1590/1808-057x201909040>
- Fonseca, J. M. R. (2021). *Matérias relevantes de auditoria: entidades de interesse público em Portugal*. [Dissertação de Mestrado em Contabilidade, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, Portugal]. [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/23900/1/master\\_joao\\_ribeiro\\_fonseca.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/23900/1/master_joao_ribeiro_fonseca.pdf)
- Financial Reporting Council [FRC]. (2015). *Extended auditor's reports: a review of experience in the first year*. London.
- Gimbar, C., Hansen, B., & Ozlanski, M. E. (2016). Early evidence on the effects of critical audit matters on auditor liability. *Current Issues in Auditing*, 10(1), A24-A33. <https://doi.org/10.2308/ciia-51369>
- Habib, A., & Hasan, M. M. (2018). Corporate life cycle research in accounting, finance and corporate governance: a survey, and directions for future research. *International Review of Financial Analysis*, 61, 188-201. <https://doi.org/10.1016/j.irfa.2018.12.004>
- Hasan, M. M., & Habib, A. (2017). Firm life cycle and idiosyncratic volatility. *International Review of Financial Analysis*, 50(1), 164-175. <https://doi.org/10.1016/j.irfa.2017.01.003>

- Instituto dos Auditores Independentes do Brasil [IBRACON]. (2017). *A experiência da aplicação do Novo Relatório do Auditor 1º Ano: Principais Assuntos de Auditoria*. <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detDocumento.php?cod=100>
- Instituto dos Auditores Independentes do Brasil [IBRACON]. (2018). *Principais Assuntos de Auditoria*. <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=5573&codregional=6>
- Jensen, M., & Meckling, W. (1976). Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305-360. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)
- Köhler, A., Ratzinger-Sakel, N. V. S., & Theis, J. (2020). The effects of key audit matters on the auditor's report's communicative value: experimental evidence from investment professionals and non-professional investors. *Accounting in Europe*, 1-24. <https://doi.org/10.1080/17449480.2020.1726420>
- Kostova, S. (2016). Opportunities for enhancing informative value of audit reports. *Audit Financiar Journal*, 13(136), 63-73.
- Lennox, C. S., Schmidt, J. J., & Thompson, A. M. (2022). Why are expanded audit reports not informative to investors? Evidence from the United Kingdom. *Review of Accounting Studies*. <https://doi.org/10.1007/s11142-021-09650-4>
- Lester, D. L., Parnell, J. A., & Carraher, S. (2003). Organizational life cycle: a five stage empirical scale. *The International Journal of Organizational Analysis*, 11(4), 339-354. <https://doi.org/10.1108/eb028979>
- Martins, I. F. M. (2023). *Key audit matters: uma análise das empresas cotadas em Portugal*. [Dissertação de Mestrado em Auditoria, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Porto, Portugal]. [https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/24669/1/In%c3%aas\\_Martins\\_MA\\_2023.pdf](https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/24669/1/In%c3%aas_Martins_MA_2023.pdf)
- Marques, V. A., & Souza, M. K. P. (2017). Principais assuntos de auditoria e opinião sobre o risco de descontinuidade: uma análise das empresas do IBOVESPA. *Revista de Informação Contábil*, 11(4), 1-22. <https://doi.org/10.34629/ric.v11i4.1-22>
- Miller, D. & Friesen, P. (1984). A longitudinal study of the corporate life cycle. *Management Science*, 30(10), 1161-1183. <http://dx.doi.org/10.1287/mnsc.30.10.1161>
- Nicola, M., Alsafi, Z., Sohrabi, C., Kerwan, A., Al-Jabir, A., Iosifidis, C., Agha, M., & Agha, R. (2020). The socio-economic implications of the coronavirus pandemic (COVID-19): a review. *International Journal of Surgery*, 78, 185-193. <https://doi.org/10.1016/j.ijssu.2020.04.018>
- Pereira, A. (2019). *Matérias relevantes de auditoria relatadas pelas empresas cotadas na Euronext Lisbon*. [Dissertação de Mestrado em auditoria e fiscal, Universidade Católica Portuguesa, Porto, Portugal]. [https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/28779/1/TFM\\_AngelaPereira.pdf](https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/28779/1/TFM_AngelaPereira.pdf)

- Pinto, I., & Morais, A. I. (2019). What matters in disclosures of key audit matters: evidence from Europe. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 30, 145-162. <https://doi.org/10.1111/jifm.12095>
- Ricquebourg, A. D., & Maroun, W. (2023). How do auditor rotations affect key audit matters? Archival evidence from South African audits. *The British Accounting Review*, 55(2), 101099. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2022.101099>
- Santos, E. A., Soares, F. S., Santos, L. M. R., & Rosa, C. F (2020a). Principais assuntos de auditoria destacados no relatório de auditoria independente das empresas listadas na B3. *Desafio Online*, 8(1), 132-151.
- Santos, K. L. dos, Guerra, R. B., Marques, V. A., & Maria Júnior, E. (2020). Os Principais Assuntos de Auditoria Importam? Uma análise de sua associação com o Gerenciamento de Resultados. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 14(1). <https://doi.org/10.17524/repec.v14i1.2432>
- Scott, M., & Bruce, M. (1987). Five stages of growth in small business. *Long Range Planning*, 20(3), 45-52. [https://doi.org/10.1016/0024-6301\(87\)90071-9](https://doi.org/10.1016/0024-6301(87)90071-9)
- Segal, M. (2017). ISA 701: Key audit matters – an exploration of the rationale and possible unintended consequences in a South African. *Journal of Economic and Financial Sciences*, 10(2), 376-391. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-06-2018-0355>
- Sierra-García, L., Gambetta, N., García-Benau, M. A., & Orta-Pérez, M. (2019). Understanding the determinants of the magnitude of entity-level risk and account-level risk key audit matters: The case of the United Kingdom. *The British Accounting Review*, 51(3), 227-240. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2019.02.004>
- Silva, A. P., Fontes, A., & Martins, A. (2021a). Perceptions regarding the implementation of International Financial Reporting Standards in Portugal and Brazil. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 44, 1061-9518. <https://doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2021.100416>
- Silva, P. S., Venturini, L. D. B., & Bianchi, M. (2021b). Associação dos principais assuntos de auditoria com variáveis contábeis de tamanho das companhias de energia elétrica e telecomunicação da B3. *Revista de Contabilidade Dom Alberto*, 10(19), 31. <https://revista.domalberto.edu.br/revistadecontabilidadefda/article/view/702>
- Sirois, L. P., Bédard, J., & Bera, P. (2018). The informational value of key audit matters in the auditor's report: evidence from an eye-tracking study. *Accounting Horizons*, 32(2), 141-162. <https://doi.org/10.2308/acch-52047>
- Sneller, L., Bode, R., & Klerkx, A. (2016). Do it matters matter? IT-related key audit matters in Dutch annual reports. *International Journal of Disclosure and Governance*, 14(2), 139-151. <https://doi.org/10.1057/s41310-016-0017-0>
- Subramaniam, N. (2006). Agency theory and accounting research: an over of some conceptual and empirical issues. In Z. HOQUE. *Methodological Issues in Accounting Research: Theories, methods and issues* (2a ed.). Spiramus Press.

- Trpeska, M., Atanasovskia, A., & Lazarevska, Z. B. (2017). The relevance of financial information and contents of the new audit report for lending decisions of commercial banks. *Accounting and Management Information System*, 16(4), 455-471. <http://dx.doi.org/10.24818/jamis.2017.04002>
- Tušek, B., & Ježovita, A. (2018). The key audit matters as an element of the independent auditor's report – a booster to the corporate governance. *InterEULawEast*, 5(2), 242-276. <https://doi.org/10.22598/iele.2018.5.2.9>
- Vargas, J. M. B., Bianchi, M., & Venturini, L. D. B. (2022). Tendências dos principais assuntos de auditoria evidenciados nos setores de utilidade pública e telecomunicações da B3. *ConTexto – Contabilidade em Texto*, 22(50), 63-79. <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/121426>
- Velte, P., & Issa, J. (2019). The impact of key audit matter (KAM) disclosure in audit reports on stakeholders' reactions: a literature review. *Problems and Perspectives in Management*, 17(3), 323-341. [http://dx.doi.org/10.21511/ppm.17\(3\).2019.26](http://dx.doi.org/10.21511/ppm.17(3).2019.26)
- Venturini, L. D. B., Barbeta, A. P., Borba, J. A., & Flach, L. (2023). Determinantes da divulgação dos principais assuntos de auditoria nas companhias não financeiras da B3. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 22, e3390. <https://doi.org/10.16930/2237-766220233390>
- Venturini, L. D. B., Bianchi, M., Machado, V. N., & Paulo, E. (2022). Conteúdo informacional dos principais assuntos de auditoria e a previsão dos analistas financeiros. *Revista Contabilidade & Finanças*, 33(89), 281-299. <https://doi.org/10.1590/1808-057x202113080>
- Zhang, P. F., & Shailer, G. (2021). Changes in audit effort and changes in auditors' disclosures of risks of material misstatement. *The British Accounting Review*, 53(3). <https://doi.org/10.1016/j.bar.2020.100970>

## CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Funções	1ª autora	2ª autora	3ª autora
Conceituação	♦	♦	♦
Curadoria de dados	♦	♦	
Análise Formal	♦		
Obtenção de financiamento			
Investigação	♦	♦	
Metodologia	♦	♦	♦
Administração do projeto			♦
Recursos			
Software			
Supervisão			♦
Validação	♦		♦
Visualização	♦	♦	♦

Escrita – primeira redação	♦		
Escrita – revisão e edição	♦	♦	♦

### **CONFLITO DE INTERESSES**

Os autores afirmam não haver conflito de interesses com relação a este trabalho submetido.